

A IDENTIDADE RACIAL NO BRASIL

Claudio das Neves Oliveira¹

RESUMO

O desenvolvimento deste artigo científico acerca desta temática foi para conhecer de maneira mais elaborada a questão da identidade étnica no Brasil. De acordo com Guimarães (2003), a questão da raça não é “uma categoria política necessária para organizar a resistência ao racismo no Brasil, mas é também categoria analítica indispensável: a única que revela que as discriminações e desigualdades que a noção brasileira de ‘cor’ enseja são efetivamente raciais e não apenas de classe” (p.50). Assim, deste modo deve-se entender quando fala de raça, que se tratam de construções sociais, e tem que ser entendidas dentro da especificidade do contexto histórico. Portanto, essa concepção decorre de uma identidade como mutável, transitória, contraditória e como resultante das relações sociais entre os sujeitos a afirmação de que “(...) as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança

Palavras-chave: Identidade. Preconceito. Educação.

ABSTRACT

The development of this scientific article about this theme was to know more elaborately the question of ethnic identity in Brazil. According to Guimarães (2003), the question of race is not "a necessary political category to organize resistance to racism in Brazil, but it is also an indispensable analytical category: the only one that reveals that the discrimination and inequalities that the Brazilian notion of 'color' are effectively racial and not just class' (p.50). Thus, one must understand when speaking of race, that they are social constructions, and must be understood within the specificity of the historical context. Thus, this conception stems from an identity as changeable, transitory, contradictory, and as a result of social relations between subjects, the statement that "(...) the old identities, which have so long stabilized the social world, giving rise to new identities and fragmenting the modern individual, hitherto seen as a unified subject. The so-called "identity crisis" is seen as part of a broader process of change

Palavras-chave: Identity. Preconception. Education.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem objetivo de demonstrar a questão da identidade étnica no Brasil. Segundo Hall (2002), a questão seja ela relacionada a identidade cultural e/ou

¹ Graduado em Filosofia pela Universidade Metropolitana de Santos e Pós-graduado em Filosofia e Sociologia pela Faculdade de São Paulo.

a identidade cultural nacional vem suscitar um novo status dentro do papel das identidades e, para a classe deste modo passa a não ser uma única categoria que mobiliza todas as identidades que passam através dela ser representadas.

Um dos autores que fez grande contribuição e permite fazer análise na questão dos estudos sobre identidade étnico ou racial foi Stuart Hall, qual se opõem a alguns autores como (VAN DEN BERGHE 1994 apud MAY, 2003), o qual define os indivíduos de um grupo pelas características físicas inatas e imutáveis, ou seja, ele define esse conceito de raça e não de identidade cultural.

Em suma, essa definição do conceito de raça cuja a noção era biológica foi substituída na metade do século XX, de acordo com os movimentos sociais, deste modo fica sendo a definição cultural e a valorização das identidades.

Portanto, para Hall (2002), a raça passa a ser:

(...) uma categoria discursiva e não uma categoria biológica. Isto é, ela é a categoria organizadora daquelas formas, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas e corporais, etc. – como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro (p.63).

Enquanto, muitos autores defende a questão da identidade étnica, não podemos negar que na cabeça de muitas pessoas vai ainda existir a questão da raça. Para Telles (2003),

Embora a raça não tenha valor científico nem tampouco exista na natureza, sua ideia é amplamente compreendida. Mesmo que não mais represente diferenças genéticas, a ideia de raça continua a gerar diferenças de comportamento, atitudes e entendimento. Guiados por ideologias de hierarquia e de dominação racial, os seres humanos impõem categorias raciais e tratam os outros de acordo com elas. Como resultado, os efeitos desse conceito inventado, longe de serem inimagináveis, têm consequências bastante reais. Em particular, essa ideia leva à discriminação racial que, por sua vez, aumenta as probabilidades de que uma pessoa sofra humilhação, viva na pobreza e acabe morrendo com pouca idade (p.301).

De acordo com Guimarães (2003), a questão da raça não é “uma categoria política necessária para organizar a resistência ao racismo no Brasil, mas é também categoria analítica indispensável: a única que revela que as discriminações e desigualdades que a noção brasileira de ‘cor’ enseja são efetivamente raciais e não apenas de classe” (p.50).

Assim, deste modo deve-se entender quando fala de raça, que se tratam de construções sociais, e tem que ser entendidas dentro da especificidade do contexto histórico.

Portanto, essa concepção decorre de uma identidade como mutável, transitória, contraditória e como resultante das relações sociais entre os sujeitos a afirmação de que

“(...) as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social” (HALL, 2002: 7).

Assim, tratando-se também do preconceito de raça e de cor no Brasil, vale se recorrer ao conhecimento desenvolvido pelas Ciências Sociais Contemporâneas. Não há uma ciência universal do que seja o preconceito de cor e o de raça que possa ser aplicada em todas as partes. As ciências sociais não presidem do conhecimento da sociedade específica em que os fenômenos ocorrem, e não podem tratá-los sem levar em conta o contexto político e a mobilização social em torno deles.

Falar-se em estereótipos, desigualdades raciais, racismo, discriminação, democracia racial e ações afirmativas fazem parte não somente do acervo de um vocabulário político de resistência ao preconceito, mas, justamente por isso carregam uma história particular e são objetos de disputa.

“Os homens pretos e a instrução, usa “negro” para referir-se à raça e “preto”, aos indivíduos: Que bela galeria de homens pretos que muito honram a raça negra e o Brasil.” (HORÁCULO CUNHA nº8, 1925: 3).

A Identidade racial no Brasil

A identidade racial no Brasil chama atenção dos sociólogos, antropólogos e outros estudiosos, porque portanto tempo e ainda até hoje, essas pessoas não têm sido tratadas com igual dignidade por serem negros, homossexuais, de crenças diferenciadas. Assim, pode-se evidenciar com as leituras e pesquisas feitas que o preconceito pela cor vem de longa data entre nós, tendo sido não apenas constantemente negado, mas também em contradição gritante.

Portanto, para Baptista o racismo: não é uma simples herança da escravidão e do colonialismo, uma série de atitudes inerentes à cultura dominante, inclui práticas que são produzidas, discutidas e valorizadas de múltiplas formas e têm múltiplos efeitos. O racismo, portanto, caminha ao largo do tempo, modificado por interesses, estratégias e por interações entre indivíduos e grupos.

Assim, desta forma a população negra terá sua formação de identidade, justamente na luta contra o racismo. Como podem ser refletidos e analisados neste

contexto histórico e nas publicações de Mattos, onde coloca que o “negro”, neste contexto, era muito que a cor da pele, era sinônimo de escravo (MATTOS,1995).

Porquanto, isso mostra a grande fragilidade tanto no passado quanto no presente que possam ver a questão de “raça” no Brasil, deste modo precisamos de uma ampla discussão no campo de cunho econômico, ideológico e político-social. Assim, como coloca D’ Adseky (2001),

Na realidade, o modo de racialização brasileiro traduz-se por uma instabilidade das categorias intermediárias (mulato, moreno, jambo, sarará etc.) e por uma maior fixidez das categorias branco e negro, devido à polarização hierárquica que representam. É justamente essa maior fixidez dos pólos que faz com que os negros, diminuídos pela dupla denegação a que são submetidos, tendam a se identificar através de novas categorias (mulato, moreno, jambo etc.), consideradas mais positivas e, portanto, mais atraentes. É por isso também que o peso negativo sustentado pela categoria negro fragiliza, entre os negros, a assunção de uma identidade coletiva, de um nós, isto é, a formação de uma autorrepresentação étnica diferenciada e positiva. Dessa forma, apresenta-se como instrumento de nivelamento e de uniformização pela mestiçagem inter-racial, rejeitando na negatividade do polo negro (...) (p.150).

Assim, tratando-se também do preconceito de raça e de cor no Brasil, vale se recorrer ao conhecimento desenvolvido pelas Ciências Sociais Contemporâneas. Não há uma ciência universal do que seja o preconceito de cor e o de raça que possa ser aplicada em todas as partes. As ciências sociais não presidem do conhecimento da sociedade específica em que os fenômenos ocorrem, e não podem tratá-los sem levar em conta o contexto político e a mobilização social em torno deles.

Falar-se em estereótipos, desigualdades raciais, racismo, discriminação, democracia racial e ações afirmativas fazem parte não somente do acervo de um vocabulário político de resistência ao preconceito, mas, justamente por isso carregam uma história particular e são objetos de disputa.

Um dos autores que fez grande contribuição e permite fazer análise na questão dos estudos sobre identidade étnico ou racial foi Stuart Hall, qual se opõem a alguns autores como (VAN DEN BERGHE 1994 apud MAY, 2003), o qual define os indivíduos de um grupo pelas características físicas inatas e imutáveis, ou seja, ele define esse conceito de raça e não de identidade cultural.

Em suma, essa definição do conceito de raça cuja noção era biológica foi substituída na metade do século XX, de acordo com os movimentos sociais, deste modo fica sendo a definição cultural e a valorização das identidades.

Portanto, para Hall (2002), a raça passa a ser:

(...) uma categoria discursiva e não uma categoria biológica. Isto é, ela é a categoria organizadora daquelas formas, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente

pouco específico, de diferenças em termos de características físicas e corporais, etc. – como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro (p.63).

Enquanto, muitos autores defende a questão da identidade étnica, não podemos negar que na cabeça de muitas pessoas vai ainda existir a questão da raça. Para Telles (2003),

Embora a raça não tenha valor científico nem tampouco exista na natureza, sua ideia é amplamente compreendida. Mesmo que não mais represente diferenças genéticas, a ideia de raça continua a gerar diferenças de comportamento, atitudes e entendimento. Guiados por ideologias de hierarquia e de dominação racial, os seres humanos impõem categorias raciais e tratam os outros de acordo com elas. Como resultado, os efeitos desse conceito inventado, longe de serem inimagináveis, têm consequências bastante reais. Em particular, essa ideia leva à discriminação racial que, por sua vez, aumenta as probabilidades de que uma pessoa sofra humilhação, viva na pobreza e acabe morrendo com pouca idade (p.301).

De acordo com Guimarães (2003), a questão da raça não é “uma categoria política necessária para organizar a resistência ao racismo no Brasil, mas é também categoria analítica indispensável: a única que revela que as discriminações e desigualdades que a noção brasileira de ‘cor’ enseja são efetivamente raciais e não apenas de classe” (p.50).

Assim, deste modo deve-se entender quando fala de raça, que se tratam de construções sociais, e tem que ser entendidas dentro da especificidade do contexto histórico.

Portanto, essa concepção decorre de uma identidade como mutável, transitória, contraditória e como resultante das relações sociais entre os sujeitos a afirmação de que “(...) as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social” (HALL, 2002: 7).

Assim, tratando-se também do preconceito de raça e de cor no Brasil, vale se recorrer ao conhecimento desenvolvido pelas Ciências Sociais Contemporâneas. Não há uma ciência universal do que seja o preconceito de cor e o de raça que possa ser aplicada em todas as partes. As ciências sociais não presidem do conhecimento da sociedade específica em que os fenômenos ocorrem, e não podem tratá-los sem levar em conta o contexto político e a mobilização social em torno deles.

O preconceito pela cor vem de longa data entre nós, tendo sido não apenas constantemente negado, mas também em contradição gritante, objeto de lei que buscava coibi-lo. Foi ainda, às vezes, distinguido do preconceito racial, mas ao se reconhecer a diferença de cor, se ocultava a raça. Negação que não convenceu a as ciências sociais, mas que foi suficiente para gerar um consenso internacional sobre a nossa democracia racial.

A sociedade brasileira tem sido constituída numa cultura política da desigualdade, na qual a dominação e a violência têm atingido, principalmente, a população negra como mostra Paixão (2003) a partir de dados do IBGE, com diferencial racial quanto ao saneamento básico, mortalidade infantil, educação, renda, perspectiva de vida, etc. Essa violência pode ser pensada a partir das evidências de negação, do não reconhecimento das singularidades das identidades dessa população, bem como do não reconhecimento da igualdade de direito à dignidade, ao respeito e expressão histórica e aos bens essenciais ao exercício dessa dignidade (CHAGAS, 1997, LIMA, 2002).

Temos cada vez mais um país miscigenado, de expressivo contingente populacional negro. No entanto, não se tem uma democracia social nem racial, visto que a mestiçagem não produziu igualdade de oportunidades entre as etnias constitutivas do ser brasileiro, sendo esse mito de democracia uma construção ideológica dentro dos interesses das elites hegemônicas, em detrimento da maioria negra, um dos entraves na superação das desigualdades.

Como argumenta Cunha Jr. (1998, p. 52):

As restrições sociais e de representação de que somos alvo dão um contorno de identidade ao grupo social (...) O racismo brasileiro utiliza o critério étnico para definir as possibilidades de representação dos afrodescendentes na sociedade. Cria as ideologias capazes de produzir as exclusões, as participações minoritárias. Produz o material de sua justificativa, legitimação e manutenção. Combina as formas ideológicas com as outras violências num processo de dominação, em que classe, etnia e gênero definem as possibilidades dos grupos sociais afrodescendentes nas estruturas de classes sociais.

Na sociedade brasileira, parece que a desmistificação do discurso da democracia racial e da ideologia do branqueamento trouxe avanços políticos relevantes, que leva à melhor explicitação das identidades. Assim, as problematizações sobre identidade se articulam com a luta por políticas específicas de redução das desigualdades para a população negra, tais como os debates e intervenções no campo das políticas de ação afirmativa, a inclusão de temáticas relacionadas à história e cultura de base africana nos currículos escolares, entre outras iniciativas.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Para Schwarcz (1999), entender a questão racial significa enfrentar o tema da identidade. As análises mais atuais sobre identidade dão conta de que estas estão sendo constituídas culturalmente (HALL, 2002). Este autor procura demonstrar que a nova paisagem cultural que se delineia produz um impacto significativo na subjetividade humana, principalmente no que tange à identidade.

Na peculiaridade do quadro contemporâneo atual, ocorre uma “descentração do sujeito” tanto do ponto de vista como indivíduo como de seu lugar social. Isso significa abalos sensíveis na identidade individual e coletiva. As certezas perdem sua estabilidade, dando lugar a uma era de incertezas.

Em termos identitários, representa admitir que há múltiplas identidades em nós, dialogando, conflitando e aflorando de acordo com circunstâncias específicas que as convoquem no cenário social.

Durante a entrevista, abordou-se a questão da identidade em três momentos. O primeiro foi quando se perguntou sobre a impressão que os entrevistados tinham acerca do termo, a fim de observar se a questão racial seria utilizada. Depois, se perguntava aos alunos qual era sua identidade a partir da definição que adotaram.

Para, assim, solicitar que, dentre as categorias do IBGE, escolhessem uma que os identificassem. Para tratar dessas questões, tornam-se necessárias explicações que possam esclarecer conceitos centrais envolvidos nessa discussão, bem como um quadro teórico que possa dar uma compreensão mais ampla dos processos que estão envolvidos na construção da identidade.

A formação de identidades entre a população negra terá início justamente na luta contra o racismo. Nasce como um ideal democrático, em que a questão das desigualdades raciais estará atrelada às desigualdades socioeconômicas nos discursos das diversas organizações negras surgidas a partir dos anos 20 e, principalmente, nas últimas décadas do século XX.

Como não poderia deixar de ser, nasce diante de enormes desafios e talvez o maior deles venha do fato de que ao se falar em identidade racial no Brasil é impossível fugir da discussão da fragmentação do processo de formação de identidades da população negra, uma vez que vivemos num país de "muitas cores" e de categorias fluidas quando se trata de identificação racial.

Se os processos históricos de construção de identidades são sempre em alguma medida processos políticos, a fluidez e ambiguidades das categorias raciais no Brasil, certamente cultivadas no bojo de uma ideologia do branqueamento, tornavam a identificação racial especialmente dispersa e fragmentada entre a população negra. (BAPTISTA, 2002).

Dessa forma, uma análise sobre a questão da construção de identidades entre a população negra está ligada a uma série de elementos que se relacionam com a própria natureza fragmentária da identidade racial no Brasil e com a construção da identidade nacional brasileira.

Dentre os trabalhos que se dedicaram à questão da formação de identidades entre a população negra no pós-abolição, utilizando fontes cartorárias e jornais da região Sudeste brasileira, destaca-se o de Mattos (1995), que aborda a questão do desaparecimento da cor nos registros de óbito e batismo nos últimos anos da escravidão até os anos 40 do século XX, e nos dá uma pista de como é complexa a questão da formação de identidade racial entre a população negra, sobretudo no que diz respeito às categorias raciais.

Segundo a autora, o desaparecimento da cor nos registros mencionados está ligado à busca do afastamento do estigma da escravidão que marcava os ex-escravos, e que indicava, sobretudo, origem e classe social. “Negro”, neste contexto, era muito mais que a cor da pele, era sinônimo de escravo (MATTOS, 1995).

Portanto, uma estratégia de afastamento do preconceito que, entre seus inúmeros desdobramentos, ocasionará um distanciamento de boa parte da população negra do passado escravista e, portanto, das origens. A fragilidade da forma como se vê a questão da raça no Brasil exige uma discussão em que se conjugam elementos de cunho político-social, econômico e ideológico.

Como coloca D’Adesky (2001), Na realidade, o modo de racialização brasileiro traduz-se por uma instabilidade das categorias intermediárias (mulato, moreno, jambo, sarará etc.) e por uma maior fixidez das categorias branco e negro, devido à polarização hierárquica que representam.

Justamente essa maior fixidez dos polos que faz com que os negros, diminuídos pela dupla denegação a que são submetidos, tendam a se identificar através de novas categorias (mulato, moreno, jambo etc.), consideradas mais positivas e, portanto, mais atraentes. É por isso também que o peso negativo sustentado pela categoria negro

fragiliza, entre os negros, a assunção de uma identidade coletiva, de um nós, isto é, a formação de uma autorrepresentação étnica diferenciada e positiva.

Dessa forma, apresenta-se como instrumento de nivelamento e de uniformização pela mestiçagem inter-racial, rejeitando na negatividade do polo negro (...) (p.150). Um outro fator a ser analisado no processo de formação de identidade da população negra é o papel imperativo que a identidade nacional ocupa no cenário brasileiro. A respeito, Hall (2002) coloca que “as culturas nacionais, ao produzirem sentidos sobre ‘a nação’, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades” (p.81).

Neste sentido, Hall (2002) defende a ideia de que identidades nunca estão completas; nunca são conceitos acabados, estão sempre, assim como a subjetividade, em processo de formação. Para ele, identidade é um processo, uma narrativa ou como um discurso (p.49).

Segundo Souza (1983) “o negro que se empenha na conquista da ascensão social paga o preço do massacre mais ou menos dramático de sua identidade (...). O negro tomou o branco como modelo de identificação, como única possibilidade de “tornar-se gente”³ (p.18). As barreiras encontradas pelo negro na busca da ascensão social contribuíram para distanciá-lo de sua identidade enquanto indivíduo e enquanto grupo.

Conforme diz esta mesma autora “é a história de uma identidade renunciada, em atenção às circunstâncias que estipulam o preço do reconhecimento ao negro com base na intensidade de sua negação”(p.23).

Para Cunha (1985), a identidade é construída pela tomada de consciência das diferenças e não pelas diferenças em si. Woodward (2000) complementa esta ideia ao afirmar que “as identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença” (p.39). Para esta autora, a identidade não é o oposto da diferença e, sim, que esta depende da diferença.

Na verdade, parece haver, no movimento negro, uma simultaneidade de formação de identidades. Existe a afirmação da identidade racial através do fortalecimento da autoestima negra, a formação de uma identidade política do grupo e, ao mesmo tempo, ambas se interpenetram para dar sustentação a um sentimento de comunhão étnica, com a consequente tentativa de afirmação do grupo étnico. (BAPTISTA, 2002).

Mesmo que a autoidentificação da população negra tenha uma série de complicadores, a identidade nacional brasileira, por mais que fortaleça a percepção das desigualdades sócio- econômicas em detrimento da percepção das desigualdades raciais,

não consegue eliminar o passado escravista, a herança cultural africana, enfim, a memória. E é esta memória, muitas vezes adormecida, que aflora quando confrontada com situações de discriminação e racismo. Nos depoimentos dos alunos percebemos que há este reavivar da memória quando alguns relatam situações de discriminação que vivenciaram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A objetividade deste trabalho é fazer uma análise étnico racial da nossa sociedade, que de longa data vem se trabalhando esta questão por muitos desvalorizada. A questão seja ela relacionada a identidade cultural e/ou a identidade cultural nacional vem suscitar um novo status dentro do papel das identidades e, para a classe deste modo passa a não ser uma única categoria que mobiliza todas as identidades que passam através dela ser representadas.

As pesquisas realizadas em diversos livros, mostra por que o trabalho é importante para o pesquisador, pois através de leituras e relevância social indica como surgiu a ideia do tema, qual a origem da curiosidade pelo assunto.

Este trabalho parte de resultados atingidos pela sociedade civil e contribui para o aumento do conhecimento na questão da identidade étnica racial do Brasil. No caso brasileiro, a contradição entre a organização entre o enraizamento do modelo liberal jurídico do Estado e a ausência da noção de direitos do cidadão criou um “lugar” próprio para as teorias raciais, na medida em que o problema da nacionalidade escapava do plano da cultura para se transformar em uma questão da natureza.

Assim, consideramos que a identidade racial entre a população negra não se forma do nada, ela tem raízes que vão se fortalecer de acordo com as circunstâncias. E que o processo de construção da identidade negra é muito mais complexo, instável e plural do que se pensava.

Apesar das marcas negativas deixadas pelas experiências de discriminação, o aluno negro se reconstrói positivamente e busca realizar seus projetos. Aqui, o peso da discriminação é de alguma forma revertida – não sem grande sofrimento por parte desses indivíduos – e transformado em estímulo, ou algo a ser superado, e que é isso que faz a diferença entre as pessoas que prosseguem com seus projetos e aquelas que desistem no meio do caminho. É claro que esse processo não se dá no isolamento e varia de pessoa para pessoa. Existem diferentes espaços e agentes que interferem no

processo de rejeição/aceitação/ressignificação do ser negro. Pode ser a família, a participação em espaços políticos, a atuação de um professor ou professora ou a construção de uma amizade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, Karina Cunha. **O diálogo dos tempos: memória da escravidão, história e identidade racial entre os afro-brasileiros**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002. Dissertação de Mestrado em História.

CHAGAS, Conceição Corrêa das. **Negro: uma identidade em construção – possibilidades**. Petrópolis: Vozes, 1997.

CUNHA JR., Henrique. **Etnia Afrodescendente, Pluriculturalismo e Educação**. Revista Pátio. Artes Médicas. Agosto/outubro 1998.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

D'ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, Raça e Democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo. Ed. 34, 2003.

HALL, Stuart. **A Centralidade da Cultura: nota sobre as revoluções do nosso tempo**. Educação e realidade, jul./dez. 1997, v.22, n.72, p.15-46.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003.

LIMA, Maria Batista. **Diversidade cultural no currículo escolar do ensino fundamental**. Rio de Janeiro, 2002.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista Brasil século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

PAIXÃO, Marcelo. **Desenvolvimento humano e relações raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

TELLES, Edward Erick. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica.** Tradução: Nadza Rodrigues Marques, Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Ford, 2003.

WOODWARD, K. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.** In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.